5

As representações sociais: dois aspectos chave

Gabrielle Poeschl

Faculdade de Psicologia e de
Ciências da Educação,
Universidade do Porto

A abordagem das representações sociais, iniciada por Moscovici em 1961, interessa-se em compreender como é que as opiniões das pessoas se formam, porque é que diferentes pessoas têm ideias diferentes sobre o mundo, e quais os factores que influenciam os discursos produzidos sobre as problemáticas sociais ou que levam as pessoas a adoptar determinadas condutas em diversas situações.

As representações sociais são produzidas pelo pensamento social

Podemos definir as representações sociais como “uma modalidade de conhecimento particular, expressão específica do pensamento social” (Herzlich, 1972, p. 305). Para Moscovici (1976), as representações produzidas pelo pensamento social são representações de fenómenos socialmente importantes e controversos (como, por exemplo, a globalização, a crise económica ou a financeirização da habitação), co-construídas no decurso das interações sociais e compartilhadas por uma determinada comunidade. Estas representações resultam da diversidade de informações que circulam acerca destes fenómenos, informações provenientes de várias fontes (os especialistas, os mass-media, as conversas quotidianas), que incluem opiniões, julgamentos e atitudes, e que, eventualmente, podem transformar a visão que as pessoas têm do mundo que as rodeia.

Ainda segundo Moscovici, o pensamento social difere do pensamento formal. Em ambos os casos, o pensamento é regido por dois sistemas cognitivos: o sistema operativo e o metassistema que controla as operações efectuadas pelo sistema operativo. Mas, no caso do pensamento social, o metassistema é constituído por regulações sociais

(normas, crenças, expectativas) que são activadas quando os fenómenos se tornam salientes. Deste modo, as representações produzidas pelo pensamento social tornam-se coerentes com a visão que os indivíduos têm acerca do mundo e congruentes com as exigências das situações (como a sua natureza, a sua finalidade).

Como refere Doise (1992), as representações sociais incluem um pequeno número de elementos comuns que permitem às pessoas comunicar acerca duma problemática (por exemplo, independentemente das opiniões que têm acerca da globalização, os indivíduos acreditam que esta tem a ver com a economia e o comércio). Fora disso, os pontos de vista dos indivíduos apresentam variações que reflectem o efeito das regulações provenientes das ideologias, das inserções sociais e das experiências de vida individuais (por exemplo, foi observado (ver Poeschl e Ribeiro, 2022) que os oponentes à globalização associavam o fenómeno aos Estados Unidos, à pobreza e à dominação, enquanto que os simpatizantes o associavam à tecnologia, à união e ao desenvolvimento).

As representações sociais são guias para as condutas sociais

Funcionando como grelhas de interpretação e de explicação da realidade, as representações sociais são também guias para as condutas sociais. Segundo Abric (2011), estas condutas são influenciadas pelas representações construídas pelos indivíduos acerca de si mesmos, acerca dos outros, acerca do objecto de pensamento e acerca da situação, nomeadamente da sua (ir)reversibilidade.

As representações sociais: dois aspetos chave

Numerosos estudos ilustram o modo como as representações justificam e orientam as práticas e os comportamentos dos indivíduos e dos grupos sociais, representações e práticas que muitos autores consideram indissociáveis (ver Abric, 2011). Por exemplo, num estudo sobre a relação entre as representações sociais da crise económica em Portugal e a disposição para agir face à medidas de austeridade impostas pela Troika foram identificados três tipos de acção: nada fazer, adoptar medidas de resistência económica, e participar em acções de natureza cívica (Valentim, Poeschl e Forte, 2018). O estudo ainda revelou uma fraca disposição para tomar acção e mostrou que a intenção de agir não provinha da situação económica (o rendimento) dos participantes, mas sim de determinantes ideológico-políticas (a atribuição de responsabilidade pela crise em Portugal às organizações financeiras e ao neoliberalismo, uma orientação política à esquerda) ou pessoais (os sentimentos negativos despertados pela situação).

No que respeita ao problema da habitação, foi observado que as pessoas se encontram em diferentes condições e têm diferentes expectativas relativamente à habitação (preço, localização), têm diferentes preocupações e sentem diferentes constrangimentos associados à crise habitacional (ser independente, ter emprego), e também têm diferentes opiniões sobre as medidas destinadas a promover o acesso a uma habitação adequada (Ribeiro, 2019; Ribeiro, Santos e Poeschl, no prelo). Para compreender a origem e as consequências das diferenças de representações, podemos considerar, em consonância com Bourdieu (1979), que a habitação constitui um tipo de “campo social” (tal como o ensino ou a moda)

organizado à volta dum objectivo específico e regido por regras próprias. Neste espaço, as pessoas ocupam posições diferentes (por exemplo, ter ou não ter casa) e estão ligadas por relações de poder (por exemplo, possuir, ou não, os meios para fazer escolhas). Por conseguinte, podemos esperar que os pontos de vista das pessoas sobre este espaço, os seus actores e as suas práticas dependem da sua posição neste espaço, assim como de diversos outros factores muitas vezes relacionados, como as ideologias a que aderem ou as experiências de vida que vivenciaram. E não é possível compreender as razões que levam as pessoas a apoiar, ou não, certos discursos políticos e certas medidas de combate à crise habitacional, nem as razões que as levam a tomar determinadas atitudes e adoptar determinados comportamentos sem conhecer as suas representações do problema da habitação e os determinantes das diversas dimensões dessas representações.

A este respeito, convém referir que a relação entre representações sociais e acção colectiva é uma problemática pouco explorada na abordagem das representações sociais. Segundo alguns autores, para se compreender como uma situação social desencadeia e justifica uma acção colectiva, é necessário conhecer-se não só as representações dessa situação (nomeadamente as razões que levam a considerá-la injusta ou socialmente importante), mas também outras representações (por exemplo, da democracia, da cidadania, ou da solidariedade social) que levam as pessoas a considerar a acção como legítima e que geram a sua adesão (ver Goulart, 1993; Jodelet, 2022).

Concluindo, quando os sistemas de comunicação veiculam

enormes quantidades de informação que muitas vezes não é verificável, o estudo das representações sociais torna-se essencial para compreender as acções dos indivíduos e dos grupos em relação aos fenómenos e aos problemas que têm impacto na sociedade.

Referências:

- Abric, J.C. (2011). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Editions de Minuit.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de psychologie*, 45, 189-195.
- Goulart, F. A. A. (1993). Representações Sociais, Acção Política e Cidadania. *Cadernos de Saúde Pública*, 9, 477-486.
- Herzlich, C. (1972). La représentation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la psychologie sociale*, Vol. I (p. 303-325). Paris: Larousse.
- Jodelet, D. (2022). *L'usage politique des représentations sociales*. Retirado de: https://www.academia.edu/76080329/Lusage_politique_des_representation_s_sociales
- Moscovici, S. (1961, 1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses universitaires de France.
- Poeschl, G. & Ribeiro, R. (2022). Inserções sociais e tomadas de posição: Efeito das pertenças sociais nas representações da globalização. In J. P. Valentim (Ed.), *Representações sociais: Para conhecer o seno comum* (pp. 94-111). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ribeiro, R. (2019). A "casa" - Entre o sonho e a realidade. In A. C. Santos (org.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política* (pp. 197-232). Coimbra: Conjuntura Actual Editora.
- Ribeiro, R., Santos, A. C., & Poeschl, G. (no prelo). "Tell me how you live and I'll tell you who you trust": Exploration of the housing determinants of trust in Portugal. *Portuguese Journal of Social Science*.
- Valentim, J. P., Poeschl, G., & Forte, T. (2018). O que fazer face à crise? Representações sociais da disposição para agir. *Análise Social*, Vol. LIII (229), 958-983.